



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

Atendendo ao aumento significativo e repentino dos custos de várias obras públicas de grande envergadura, o público não só questiona a falta de fiscalização por parte do Governo da RAEM e o desperdício de erário público, como suspeita até da existência de troca de interesses.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O orçamento do projecto do Museu do Vinho, que inicialmente era de 64,19 milhões (incluindo as despesas com a elaboração do projecto, estudos geotécnicos, construção, fiscalização e controlo da qualidade), aumentou significativamente e sem quaisquer explicações para 233 milhões, o que representa um aumento de 2,63 vezes; o orçamento inicial do Centro de Actividades Turísticas, que inclui as despesas com a elaboração do projecto, estudos geotécnicos, construção, fiscalização e controlo da qualidade, aumentou significativamente de 328 para 832 milhões, ou seja, um aumento de 1,53 vezes. As decisões sobre este aumento significativo do orçamento implicam grandes desperdícios do erário público? Quais são os serviços públicos que devem assumir as responsabilidades de prestar esclarecimentos públicos e sujeitar-se a fiscalização? São os da área dos assuntos sociais e cultura, que vão ser os utentes e são responsáveis pela apresentação dos projectos? Ou os da área dos transportes e obras públicas, que são



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

responsáveis pela execução das obras?

2. O orçamento inicial das obras do gabinete e do laboratório do IACM no novo mercado abastecedor, que inclui as despesas com a elaboração do projecto, estudos geotécnicos, construção, fiscalização e controlo da qualidade, aumentou significativamente e sem quaisquer explicações, de 72 para 161 milhões, ou seja, um aumento de 1,25 vezes. Quais são os serviços públicos que devem assumir as responsabilidades de prestar esclarecimentos públicos e sujeitar-se a fiscalização? São os da área da administração e justiça, que vão ser os utentes e são responsáveis pela apresentação dos projectos? Ou os da área dos transportes e obras públicas, que são responsáveis pela execução das obras?

3. Em finais do ano passado, o Governo veio repentinamente revelar que era necessário substituir 269 portas corta-fogo do Edifício do Bairro da Ilha Verde, e que as despesas atingiam 40 milhões, isto é, uma média de 150 mil por porta. A sociedade em geral questiona o desperdício de erário público. Segundo alguns cidadãos, há portas que custam entre 20 mil e 30 mil e conseguem preencher os requisitos e resolver a situação, portanto, questionam se o Governo está a negligenciar alternativas razoáveis a custo mais baixo. Face às dúvidas da população, o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas divulgou, apressadamente, uma nota de imprensa no corrente mês, afirmando que o número das portas alvo de substituição ia reduzir para 100. Contudo, o



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

custo por porta mantém-se elevado. Porquê?

31 de Janeiro de 2019

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**